

ABERTURA DO SEMINÁRIO SOBRE CONCILIAÇÃO NA JUSTIÇA BRASILEIRA*

RAPHAEL DE BARROS MONTEIRO FILHO

*Presidente do Superior Tribunal de Justiça e do
Conselho da Justiça Federal*

Senhoras e Senhores:

Embora antigo o instituto da conciliação – a Constituição do Império erigiu-o em preceito constitucional –, mantém ele inegável valia e utilidade nos dias atuais. Como meio alternativo de solução de litígios, contribui decisivamente para a paz social ao fomentar a cultura do diálogo e, assim, possibilitar que a Justiça se torne mais célere e eficaz ao reduzir o número de conflitos que dia-a-dia aportam aos Juízos e Tribunais.

Precisamente com o escopo de fazer do Poder Judiciário uma instituição mais acessível, rápida, efetiva e simples, o Conselho Nacional de Justiça, em 23 de agosto deste ano, lançou o programa "Movimento pela Conciliação" e, desde então, vem envidando grande empenho no sentido de difundi-lo em todo o País. O "Seminário sobre Conciliação na Justiça Brasileira", que ora se inicia, em parceria com o Conselho da Justiça Federal, constitui o seqüenciamento do programa e visa, por certo, a compartilhar as informações e as boas práticas desenvolvidas nos Juizados, nos âmbitos estadual, federal e trabalhista.

Relevante é o papel do Juiz na tentativa da conciliação. Tão importante que o saudoso mestre José Frederico Marques dizia que "tentar a conciliação é dever funcional do juiz". Salutar e necessário, portanto, não só divulgar a potencialidade do ato conciliatório, mas também promover, tanto quanto possível, a qualificação dos Magistrados para esse mister.

* Palavras proferidas na abertura do evento, STJ, 18.10.2006.



É certo que a Justiça no Brasil tem experiências várias e vitoriosas no setor: a conciliação faz parte, como fase obrigatória, do processo trabalhista. Há os exemplos dos antigos Juizados de Pequenas Causas, em que a conciliação exercia papel preponderante. Hoje, tem-se a experiência dos Juizados Especiais, estaduais e federais. Nestes últimos, estão a envolver-se na conciliação os entes públicos que ainda há pouco se mostravam renitentes e que agora se apresentam mais receptivos, como a Caixa Econômica Federal, o INSS e até mesmo a União. Diversos Tribunais no Brasil também têm introduzido, com sucesso, a prática da conciliação, o que denota a irradiação e os efeitos produzidos pelo programa "Movimento pela Conciliação".

Há poucos dias, representantes da Caixa Econômica Federal, em visita ao Superior Tribunal de Justiça, manifestaram o interesse em instaurar a conciliação nos feitos em que ela contende com mutuários do Sistema Financeiro de Habitação. Seguindo a mesma trilha, esta Corte acha-se prestes a expedir uma resolução, a fim de que se implementem os procedimentos conducentes à tentativa de conciliação entre as partes em processos que aqui tramitam, tudo sob a coordenação da Ministra Nancy Andrighi, a qual – saliente-se – já tem obtido pleno êxito em medidas de tal natureza.

Não cabe, nestas breves palavras, adentrar o vasto e profundo universo do temário a ser enfocado neste encontro. Claro é, no entanto, que os eminentes conferencistas, profissionais das diversas áreas do Direito, Magistrados, advogados e demais participantes terão a oportunidade de trocar idéias e, sobretudo, de chamar a atenção da população para essa nova cultura, que, sem dúvida, beneficiará a todos – a Justiça em geral e os jurisdicionados.

Felicito, por fim, o Conselho Nacional de Justiça e o Conselho da Justiça Federal pela promoção deste seminário, pois, com certeza, nele brotarão idéias práticas e inteligentes, nele raiarão novos horizontes, de

modo a propiciar o aprimoramento desse instrumental verdadeiramente catalisador e propulsor da pacificação social.

Obrigado.